

POBREZA MENSTRUAL E A DESMORALIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS DO SEXO BIOLÓGICO FEMININO: UMA REVISÃO NARRATIVA

Data de submissão: 06/07/2023

Data de aceite: 01/09/2023

Ludmila Souza Farias

PUC Goiás
Goiânia – Goiás
<http://lattes.cnpq.br/7126736363021920>

Ana Júlia Cavalcante Dobbins

Colégio e curso Integral Maringá
Maringá – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/4334233298448922>

RESUMO: A pobreza menstrual é uma controvérsia recorrente, porém pouco discutida em virtude do tabu a respeito da temática da menstruação, tornando a higiene menstrual uma circunstância vantajosa que não se alinha com os princípios de justiça e equidade. Recentemente a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu o direito à higiene menstrual uma questão de saúde pública e de direitos humanos, no entanto, a realidade dos fatos não corresponde exatamente a essa perspectiva, devido à ausência de disponibilização gratuita de absorventes pela rede do sistema único de saúde e à elevada tributação sobre esses produtos, torna-se evidente a falta de acesso e o peso financeiro imposto à população. Adicionalmente, é importante ressaltar a ausência de programas educacionais

abrangentes sobre saúde íntima nas escolas, bem como a carência de políticas públicas que contemplem esse requisito fundamental. Nesse contexto, observa-se uma elevada prevalência de indivíduos do sexo biológico feminino incapazes de custear o acesso a absorventes, enfrentando carências infraestruturais e educacionais relacionadas à menstruação. Como resultado, ocorre a invisibilidade das mulheres e a desvalorização de suas necessidades fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza menstrual; higiene menstrual; saúde íntima.

MENSTRUAL POVERTY AND THE DEMORALIZATION OF BIOLOGICAL FEMALES: A NARRATIVE REVIEW

ABSTRACT: Menstrual poverty is a frequent controversy, but the topic is little discussed due to its taboo in society. As a consequence, menstrual hygiene, an essential health concern, is not in line with the principles of justice and equity. Recently the United Nations Organization (UNO) has recognized the right to period hygiene as a public health and human rights issue. However, the reality does not correspond exactly to this perspective, not a single

health system network provides free pads or other essentials, and tax really high on these products. It is evident the lack of free access and the financial burden imposed on society. Additionally, it is important to emphasize the absence of comprehensive educational programs on intimate health in schools, as well as the lack of public policies that address this fundamental requirement. In this context, there is a high prevalence of biologically female individuals who cannot afford to buy sanitary pads, facing infrastructural and educational shortcomings related to menstruation. In consequence, women are devalued and their fundamental needs are invisible.

KEYWORDS: menstrual poverty; menstrual hygiene; intimate health.

INTRODUÇÃO

O filme “Pad Man”, em seu enredo, narra as mazelas da pobreza menstrual na Índia, evidenciando a realidade da falta de higiene menstrual e o inaccessível a artigos adequados. De maneira análoga, no Brasil, percebe-se que tudo está intrinsecamente ligado à desigualdade social e a violação de direitos dos indivíduos de sexo biológico feminino, sobretudo aqueles que encontram-se em situação de vulnerabilidade social e econômica. Nesse panorama, constata-se que a falta de higiene menstrual correlacionada a discriminação e tabus apresenta o fim do acesso à educação e ao trabalho para algumas pessoas. Diante desse cenário, é notório que os indivíduos marginalizados, como pessoas em situação de rua, periféricas, negras e privadas de liberdade são as mais impactadas com a pobreza menstrual. Visto que, desassistidas pelas autoridades—que se ausenta da sua responsabilidade de disponibilizar, de forma gratuita, absorventes no Sistema Único de Saúde (SUS), essas pessoas não têm acesso aos artigos de higiene menstruais adequados, por isso acabam utilizando materiais impróprios, como pedaços de pano, papel higiênico e até mesmo miolo de pão (PERES, 2021) para estancar o sangue menstrual. Com isso, desequilíbrios na microbiota vaginal tornam-se inevitáveis. Como efeito, o uso de uma nova abordagem é fundamental. Assim, a disponibilização, de modo, realmente, eficiente, de artigos de higiene menstrual tornam-se uma alternativa de amenizar uma desigualdade endêmica—que adoce e desumaniza inúmeros indivíduos de sexo biológico feminino que menstruam sem oportunidade de adquirir um insumo básico, como o absorvente higiênico.

METODOLOGIAS

O presente artigo foi elaborado por meio de uma revisão narrativa da literatura, baseada em uma extensa busca em bancos de dados relevantes, incluindo o Google Acadêmico, PubMed, Science Direct e SCIELO. Foram coletados e analisados dados provenientes de pesquisas relacionadas à temática da pobreza menstrual e à vulnerabilidade das mulheres no contexto da menstruação.

Na busca, utilizaram-se os seguintes descritores: Pobreza menstrual OR higiene menstrual OR saúde menstrual OR vulnerabilidade menstrual OR menstruação. Não houve

restrições quanto à data, idioma ou área do conhecimento. Dessa forma, o artigo abrange estudos em língua inglesa e portuguesa, publicados no período entre 2017 e 2022.

Ao realizar a pesquisa, foram obtidos inicialmente 284 resultados, dos quais foram lidos os títulos de 85 artigos e, em seguida, foram selecionados 30 artigos para leitura integral. Ao final do processo de seleção, 6 artigos foram escolhidos para compor o presente estudo.

RESULTADOS

Na década 20, após a 1ª Guerra Mundial, chegaram ao Brasil os primeiros absorventes para consumo—os Modess. Entretanto, isso não significava que a higiene menstrual receberia sua devida importância. Do século XIX até o contexto atual, surgiram diversos modelos de produtos de higiene menstrual (absorventes descartáveis externos e internos, absorventes reutilizáveis, calcinhas absorventes, coletor menstrual, entre outros). Apesar dos avanços significativos no que tange os artigos higiênicos, a educação íntima não progride com igual intensidade, embora seja similarmente relevante. As pesquisas evidenciaram que a pobreza menstrual não diz respeito apenas à garantia de acesso a recursos para menstruação e infraestrutura adequada. Conhecimentos acerca do corpo feminino, instruções sobre menstruação, assistência médica, e saneamento básico são imprescindíveis para uma boa saúde íntima. (SOUZA, 2022). O estudo de Ross e Rossouw realizado em oito países de média e baixa renda, aborda diversos fatores que influenciam a precariedade menstrual. Seus índices indicam que em todos os países que fizeram parte da pesquisa, aqueles que vivem em famílias mais ricas são mais propensos a acessar absorventes higiênicos do que aqueles que vivem em famílias menos ricas. Paralelamente no Brasil, usufruir de artigos menstruais se tornou um gasto significativo, considerando que um indivíduo do sexo biológico feminino utiliza em média, 20 absorventes por ciclo, ao final de sua vida fértil terá usado cerca de 10.000 absorventes. Estimando um custo de R\$ 0,60 por produto, chega-se ao valor de R\$ 6.000,00. Este custo aparentemente insignificante, é com efeito, inalcançável para muitas famílias. Um estudo da Sempre Livre associado a KYRA E Mosclaib expôs dados impactantes: 29% das mulheres entrevistadas exprimiram dificuldades para comprar recursos de higiene menstrual durante o período da pandemia do COVID-19. Fora desse cenário, 21% das mulheres presenciam o impasse todos os meses. A respeito do Canadá, Rocha et al (2022), mostra que 33% dos cidadãos até 25 anos não apresentam facilidade para arcar com o custo de produtos menstruais. Analisando o exposto, observa-se o luxo que é a higiene menstrual e conseqüentemente a saúde. A escassez de recursos obriga as vítimas a tomarem decisões desesperadas, dessa forma, é comum o proveito de pano, trapos, lenços, papel higiênico, até mesmo fraldas infantis ou toalhas de papel retiradas de banheiros públicos para estancar o sangue. (KUHLMANN et al, 2019).

Embora a população feminina seja majoritária no Brasil conforme dados do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com um total de 51%, é notório a banalização das necessidades biológicas da mulher incentivada pela cultura machista enraizada no país há séculos. A precariedade menstruação é um tabu na sociedade, visto que é um tema relegado ao ostracismo e por isso, desprovido de esclarecimentos, debates e soluções. Com base nesta revisão bibliográfica, é possível constatar que as mulheres sofrem desvalorização em virtude de sua condição biológica. No entanto, é perceptível que essa lamentável realidade está sendo gradualmente combatida e superada. Um exemplo são os projetos de leis regionais brasileiros no que se refere à distribuição de absorventes nas escolas, como na cidade de São Paulo, onde foi sancionada pelo Poder Executivo em junho de 2021 a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para alunas da rede municipal de ensino. Em síntese, faz-se necessários maiores estudos em relação as soluções para a problemática da pobreza menstrual, educação, tributação e confecção de produtos íntimos para a parcela da população afetada por tal conflito.

CONCLUSÃO

O conteúdo apresentado no presente trabalho possibilitou compreender a pobreza menstrual, visando a busca pela dignidade, e narrar o fato da mazela não ser dependente, apenas, do inaccessível a absorventes higiênicos. Desse modo, restauro que a menstruação é considerada um fardo para muitos indivíduos, principalmente àqueles que não tem condições de acessar tal direito básico—considerado como artigo de luxo.

Nessa perspectiva, é válido reconhecer a pobreza menstrual como um problema social e uma questão de saúde pública. Sob esse viés analítico, embora existam projetos de leis regionais que abrangem a distribuição gratuita de absorventes higiênicos, ainda há a ausência de cobertura e fiscalização—responsabilidade do Ministério Público Federal—sobre os marginalizados. À vista disso, faz-se necessário a ampliação de políticas públicas, que propõem equidade de raça, gênero, social e econômica.

Outrossim, ressalta-se o prejuízo intelectual. Visto que, devido à pobreza menstrual—questão intrinsecamente ligada a uma pobreza estrutural—muitas pessoas estão inseridas em uma realidade que, sem saneamento básico e acesso à água dentro e fora de casa, não conseguem gerir a menstruação. Consequentemente, não vão à escola e nem ao trabalho durante o período menstrual, aumentando uma desigualdade já latente. Assim, é amplamente preciso levar a educação menstrual a população como um todo, além da criação e fiscalização de leis de distribuição gratuita de artigos de higiene menstrual.

Com isso, depreende-se, através da educação menstrual e políticas públicas adequadas, dar visibilidade às pessoas invisíveis que menstruam, a fim de que a qualidade de vida aumente e o processo fisiológico de menstruar pare de ser um vilão, isto é, para que haja dignidade menstrual.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Dayanne. **A dignidade menstrual como componente do direito fundamental de proteção à saúde das mulheres em situação de vulnerabilidade**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2021.
- Boff, R. A., Brum, J. B., Oliveira, A. N., & Sueli, M. C. (2021). **POBREZA MENSTRUAL E SOFRIMENTO SOCIAL: A BANALIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL DAS MULHERES NO BRASIL**. *Revista de Psicologia, Educação e Cultura*, 25 (3): 133-147. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/38546>. Acesso em: 02/07/2023.
- CASSIMIRO, J. C.; CRUZ, B. C. P.; MOREIRA, C. B.; DOS SANTOS, M. C. T.; PEIXOTO, M. C. **Desafios no combate à pobreza menstrual: uma revisão integrativa / Challenges in fighting menstrual poverty: an integrative review**. *Brazilian Journal of Health Review*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 5181–5193, 2022. DOI: 10.34119/bjhrv5n2-100. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/45562>. Acesso em: 06/07/2023.
- COSTA, Yasmin Oliveira. **Precariedade menstrual no Brasil: uma revisão narrativa**. 2022. Trabalho de Conclusão de Especialização. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/249469>. Acesso em: 01/07/2023.
- CUNHA CRUZ, I. L.; TOMAZ CAMILLOZZI, R. C.; ASSIS ROMANHOLO, I.; FERREIRA ALVES, G. L.; MAIA FREITAS, D.; COELHO GRANATO, N.; MIE TAKESHITA, I.; DAS GRAÇAS DE AZEVEDO, M. **A INVISIBILIDADE DA POBREZA MENSTRUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**. *REVISTA DE EXTENSÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE CIÊNCIAS MÉDICAS*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 12–21, 2023. Disponível em: <http://revista.fcmmg.br/index.php/REES/article/view/234>. Acesso em: 06/07/2023.
- DA ROCHA, I. C.; DE SÁ, M. M.; DO NASCIMENTO, D. C. M.; RODRIGUES, J. G.; SILVA, V. C. A.; SHIRAIISHI, L. S.; DOS SANTOS, A. C. Y. M. B.; ALCHORNE TRIVELIN, M. L. de O. de A. **Pobreza menstrual no mundo: uma revisão de literatura / Overview of menstrual poverty in the world: a literature review**. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 10704–10714, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n2-149. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/43942>. Acesso em: 04/07/2023.
- HALVORSON, Lisa M. BIANCHI, Diana W. **Revisiting menstruation: the misery, mystery, and marvel**. 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10103136/>. Acesso em: 05/07/2023.
- KUHLMANN, Anne Sebert; HENRY, Kaysha; WALL, L. Lewis. **Menstrual Hygiene Management in Resource-Poor Countries**. *Obstetrical & Gynecological Survey*, [S.l.], v. 72, n. 6, p. 356-366, jun. 2017. ISSN 1533-9866. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/OGX.000000000000443>. Acesso em: 05/07/2023.
- MARUCO, Fabia; NASCIMENTO, Grasielle. **A pobreza menstrual e a invisibilidade da mulher decorrente de sua condição biológica como questões de saúde pública**. In: VI Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra, Simpósio Temático 74, v. 6, n. 1, 2021.
- PERES, Ana Cláudia. **Pobreza Menstrual**. *Radis*. Rio de Janeiro, RJ, n. 230, p. 24 - 2021. Disponível em: < https://radis.ensp.fiocruz.br/phocadownload/revista/Radis230_web.pdf >. Acesso em: 03/07/2023.

ROSSOUW, Laura; ROSS, Hana. **Understanding Period Poverty: Socio-Economic Inequalities in Menstrual Hygiene Management in Eight Low- and Middle-Income Countries.** International Journal of Environmental Research and Public Health, [S.l.], v. 18, n. 5, p. 2571, mar. 2021. ISSN 1660-4601. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph18052571>. Acesso em: 04/07/2023.

SOEIRO, Rachel E.; ROCHA, Leila; COSTA, Maria L. **Period poverty: menstrual health hygiene issues among adolescent and young Venezuelan migrant women at the northwestern border of Brazil.** BMC Public Health, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 1953, 27 nov. 2021. ISSN 1471-2458. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-021-11901-4>. Acesso em: 04/07/2023.

SOUSA, Vitória. **Pobreza menstrual no Brasil e os impactos no direito à educação das mulheres – uma violação de direitos humanos.** 2022. Universidade Federal Rural do Semi-Árido, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/8504>. Acesso em: 05/07/2023.

Sousa, I. N. R., Pereira, A. C. N., Costa, C. V. Q., & Lima, L. R. (2022). **A pobreza menstrual e seus impactos: uma revisão de literatura.** Vol 1. Disponível em: <http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/eedic/article/view/4818>. Acesso em: 05/07/2023.

TINGEN, Candace M. HALVORSON, Lisa M. BIANCHI, Diana W. **Revisiting menstruation: the misery, mystery, and marvel.** 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10103136/>. Acesso em: 04/07/2023.